

Às 18h30, no auditório do Sindicato, o professor Giovanne Alves, da Universidade Federal de Marília (SP), vai expor seu trabalho sobre atividades dos bancários. Haverá depoimentos do diretor José Duarte Paquetá e do funcionário Jorge Couto.

Centrais vão às ruas contra o projeto das terceirizações

MOBILIZE-SE!
Diga não ao PL 4330
PRESSIONE OS DEPUTADOS E SENADORES



**O trabalho não pode ser tratado como uma mercadoria.
Quando isso ocorreu, o nome foi escravidão**

A CUT, CTB, demais centrais sindicais e a Contraf-CUT convocam os bancários e todas as outras categorias para as mobilizações de 4 a 9 de julho, pela rejeição do Projeto de Lei 4330, que permite a terceirização em todos os setores das empresas, bancos inclusive.

No dia 9, quando haverá a votação do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (CCCJ), está prevista uma grande mobilização em frente ao Congresso Nacional e, inclusive, a ocupação da sala da comissão, com o objetivo de impedir a votação da proposta do PL.

O projeto 4330 permite que categorias inteiras sejam substituídas por empresas terceirizadas, e, como alternativa, que os empregados passem a ser todos contratados como pessoas jurídicas, sem direito a férias, 13º salário, FGTS e indenização na rescisão. O diretor da CUT/RJ Marcello Azevedo chamou a atenção para a importância da participação da categoria bancária nesta luta. Leia mais sobre o PL na página 4.

Conferência indica reajuste de 10% mais inflação

A XV Conferência Interestadual dos Bancários RJ/ES, realizada no sábado (29), em Guarapari (ES), aprovou a indicação à Conferência Nacional, de 19 a 21 de julho, em São Paulo, da reivindicação de um reajuste de 10%, mais a inflação e uma PLR de três salários mais R\$4.500. Páginas 2 e 3.

Combate à terceirização país são destaques da C

Bancários ressaltam a importância dos protestos que tomaram as ruas do país como exemplo

FOTOS: NANDO NEVES

A XV Conferência Interestadual dos Bancários RJ/ES, realizada no último sábado (29), no Sesc de Guarapari, litoral do Espírito Santo, elegeu como temas principais para as discussões o combate ao substitutivo do deputado federal Artur Maia (PMDB-BA) ao Projeto de Lei 4330/04, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) e o atual contexto político pautado pelas manifestações populares nas ruas de todo o Brasil. Os sindicalistas consideram a ampliação desenfreada proposta pelo projeto dos parlamentares peemedebistas, um ataque sem precedentes aos direitos trabalhistas e uma ameaça à própria existência e à organização coletiva das categorias de trabalhadores do país.

“Se depender da atual composição de forças do Congresso Nacional, os trabalhadores não vão conseguir avançar. Precisamos derrotar, com a mobilização popular, o PL 4330 e mais seis projetos em andamento no parlamento contra a classe trabalhadora”, disse o diretor do Sindicato e da CUT/RJ Marcello Azevedo. O sindicalista lembra que o movimento sindical nunca deixou de realizar protestos nas ruas.

“A CUT fez seis marchas em Brasília e na pauta sempre incluímos itens como saúde e educação. Vamos intensificar as mobilizações nas ruas, onde nos criamos e de onde nunca nos ausentamos”, acrescenta.



Reivindicações da conferência interestadual: reajuste de 10%, mais a inflação e PLR de três salários, mais R\$4.500

O presidente do Sindicato do Rio Almir Aguiar, criticou setores da direita infiltrados nas atuais manifestações populares. “Parte dos manifestantes é de direita e não reconhece os avanços do governo Lula, que retirou 40 milhões de pessoas da miséria absoluta”, afirma. Em relação à categoria bancária, Almir acha que há muito o que avançar, mas a situação já foi pior.

“No governo FHC o movimento sindical era criminalizado, e a pauta do governo eram as privatizações, inclusive do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras, que não foram

realizadas graças à mobilização dos sindicatos. No governo Lula reconquistamos o aumento real de salário, mas é preciso conquistar muito mais. Além de melhores salários e mais PLR, temos de garantir condições dignas de saúde, de trabalho e mais segurança e pôr fim ao assédio moral e ao processo de ampliação desmedida das terceirizações”, disse.

A Conferência reuniu 530 delegados da base dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, e a jornada de debates durou desde às 9 horas da manhã até o início da noite.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Almir Aguiar cobrou ainda igualdade de oportunidades nos bancos. “A mulher ganha menos que os homens numa mesma função e com o mesmo nível de escolaridade, e as negras são ainda mais discriminadas e recebem salários bem menores”, denuncia.

Na abertura do evento foi passado um belo vídeo com imagens fortes sobre a violência contra a mulher no mundo. Segundo previsão do FBI (Federal Bureau of investigation), o Departamento Federal de Investigação dos EUA, uma em cada três mulheres sofrerá algum tipo de violência na vida.



A 15ª Conferência Interestadual dos Bancários RJ/ES reuniu 530 delegados, em Guarapari

O que foi aprovado na Conferência

Entre os principais itens de reivindicações dos bancários, a XV Conferência Interestadual RJ/ES aprovou um reajuste salarial de 10%, mais a inflação do período, e uma PLR de três salários, mais R\$4.500. Foi aprovado ainda o fim das metas e do assédio moral.

Os bancários criticaram os chamados “mecanismos de combate ao assédio moral” previstos em artigo da Convenção Coletiva de Trabalho em acordo com os bancos.

Segundo os sindicalistas, o atual programa tem sido ineficiente e, na prática, não funciona.

As propostas aprovadas ainda serão levadas à Conferência Nacional da categoria, que será realizada de 19 a 21 de julho, em São Paulo. A definição da delegação que irá à Conferência Nacional será feita em reunião com todas as forças políticas na sede da Federação dos Bancários RJ-ES, com data ainda a ser definida.

CAMPAÑA SALARIAL

Crise e manifestações no 15ª Conferência Interestadual

de que somente com a mobilização popular os trabalhadores conseguem novas conquistas

Capitalismo vive crise estrutural e precariza condições de trabalho, diz sociólogo

A atual crise do capitalismo não é cíclica, mas estrutural, e os novos modelos de produção promovem a precarização do trabalho. Esta é a afirmação do sociólogo e professor, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Iuri Ramos, ex-funcionário do Banco do Brasil e especialista em Sociologia do Trabalho. A afirmação foi feita na palestra “Reestruturação produtiva e a precarização do trabalho nos bancos” feita pelo acadêmico na 15ª Conferência Interestadual dos Bancários RJ/ES. Segundo o especialista, o atual processo de precarização do trabalho é fruto das transformações do modo de produção.

“O capital já não consegue a mesma capacidade de acumulação de lucros nos níveis dos anos 70. O modelo fordista de produção, iniciado após a segunda grande guerra mundial, com produção em série cada vez maior de uma mesma mercadoria não é mais possível diante da velocidade dos avanços tecnológicos. Além disso, não há mais tantos mercados para a expansão produtiva”, explica Iuri. Para o pesquisador, o novo modelo produtivo é mais dinâmico e flexível. “Hoje o modelo é o chamado toyotismo, que impõe transformações no mundo do trabalho. O processo de ampliação das terceirizações, o uso cada vez maior de estagiários e trabalhadores terceirizados, o ataque do capital aos direitos trabalhistas e toda a precarização do trabalho fazem parte desta nova etapa do capitalismo”, acrescenta.

O sociólogo disse ainda que o Projeto de Lei 4330/04, que escancara a terceirizações e ameaça os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a organização das categorias, faz parte destas transformações impostas pelo capital.



As terceirizações e a precarização do trabalho fazem parte das transformações impostas pelo novo modo de produção do capitalismo, segundo o sociólogo Iuri Ramos

O BB COMO EXEMPLO

Em sua pesquisa, Iuri cita o Banco do Brasil como um exemplo típico destas transformações impostas pelo capitalismo. “Em 1986, com o fim da chamada conta-movimento, que permitia ao governo realizar movimentações financeiras diárias, criando reservas que cobriam os gastos da empresa, a instituição deixa o modelo burocrático e cartorial e passa a priorizar a lógica de mercado dos conglomerados e venda de produtos. As agências, como no setor privado, foram transformadas em ‘balcão de negócios’”, afirma.

A partir dos anos 90, com a política neoliberal, estas mudanças foram aprofundadas no banco. “A possibilidade de privatização fez com que o BB cobrasse ainda mais um novo comportamento dos bancários para atender às demandas do mercado”, destaca.

O presidente do Sindicato, Almir

Aguiar, lembra que o aumento das metas é um dos principais pilares destas mudanças. “Os bancos públicos hoje possuem uma política de cobrança de metas similar à do setor privado, com pressão psicológica e assédio moral”, critica.

O Programa de Demissões Voluntárias (PDV), lançado no BB em 1995, foi mais uma prática da reforma neoliberal nas instituições e empresas públicas no Brasil. “O processo de enjugo de mão de obra no banco foi o maior do mundo em um curto espaço de tempo. Cerca de 40 mil bancários saíram do BB em apenas um ano e meio”, lembra Iuri. Segundo o pesquisador, o risco de demissões e as cobranças por metas elevaram ainda mais a pressão sobre os trabalhadores. “Além da elevação de casos de funcionários com psicopatologias e outras doenças ocupacionais, as mudanças levaram 22 bancários a cometer o suicídio no BB”, denuncia.



Bancários do Rio e do Espírito Santo Guarapari, litoral capixaba.

BANCÁRIO

Presidente: Almir Aguiar – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Tel: 2103-4117 (PABX) – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Itaú/Unibanco), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Estagiária:** Heloisa Kropf - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – *Impresso na 3 Graph (Rua Marechal Aguiar, 36- Benfica – Telefone: 3860-0100) - Distribuição Gratuita - Tiragem: 23.000*

Serviço bancário via celular: nova ameaça ao emprego da categoria



Em palestra realizada na XV Conferência Interestadual RJ/ES, o diretor da Secretaria de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT Miguel Pereira (foto) fez um alerta à categoria: os bancos, em parceria com as empresas de telefonia, começam a lançar uma nova modalidade de serviços e operações financeiras via celular, em uma nova fase tecnológica que ameaça ainda mais o emprego. Trata-se da Medida Provisória 215, que cria uma espécie de “moeda virtual”, ou seja, o indivíduo poderá realizar praticamente todo o tipo de operação financeira em seu próprio celular: pagamentos, transferências e aplicações.

Segundo Miguel, a proposta, que virá acompanhada de uma pesada campanha publicitária, é “sedutora” para os clientes dos bancos. “Imagina a população saber que não precisa ir mais a uma agência, mas poderá fazer tudo em sua casa sem o risco de ser assaltado, sem enfrentar filas”, disse.

Segundo Miguel, as agências estarão cada vez mais voltadas para o atendimento aos grandes correntistas. Para o presidente do Sindicato do Rio, Almir Aguiar, o emprego dos bancários sofrerá mais um ataque com esta nova tecnologia. “Estas mudanças, somadas à ampliação das terceirizações previstas no PL 4330, colocam em risco a qualidade do emprego e a própria existência da categoria. Somente com a mobilização dos trabalhadores poderemos enfrentar mais esta ação perversa do capital contra os direitos trabalhistas e a vida de quem, de fato, garante os lucros das empresas”, afirma.

PARA RICOS E POBRES

Os bancos brasileiros utilizarão duas tecnologias para oferecer serviços bancários via celular: uma, que já está sendo aplicada no Quênia e na Nigéria, para os clientes mais pobres. O outro modelo, utilizado no Japão, será para os grandes correntistas. As parcerias entre bancos e operadoras de telefonia celular já estão firmadas e o novo modelo de atendimento já está pronto para funcionar, inclusive nos bancos públicos.

“Essas formas de atendimento com o uso das novas tecnologias me levam a crer que a piora no atendimento nas agências, causadas pelas demissões, faz parte de uma estratégia dos banqueiros para a população aprovar as operações feitas de seu próprio celular”, afirma o diretor do Sindicato do Rio Geraldo Ferraz.

EDITAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 33.094.269/0001-33, por seu presidente, convoca todos os empregados de financeiras da base territorial deste sindicato, para a assembleia geral extraordinária que se realizará dia 3/7/2013, às 18h, em primeira convocação, e às 18h30, em segunda convocação, na Avenida Presidente Vargas n.º 502 – 21º andar, Centro, para discussão e deliberação acerca da seguinte ordem do dia:

1. Discussão e deliberação sobre aprovação da minuta de reivindicações da categoria dos funcionários 2013/2014, inclusive sobre participação nos lucros e resultados para o exercício de 2013 e eventual convenção coletiva aditiva;

2. Autorização à diretoria da entidade para realizar negociações coletivas, celebrar convenção coletiva de trabalho, inclusive de PLR, bem como convenções coletivas aditivas e, frustradas as negociações, defender-se e instaurar dissídio coletivo de trabalho, bem como delegar poderes para tanto.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 2013.

ALMIR COSTA DE AGUIAR
PRESIDENTE

PL DA TERCEIRIZAÇÃO REDUZ SALÁRIOS E DIREITOS DOS TRABALHADORES

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados votará no dia 9 de julho o substitutivo do deputado Artur Maia (PMDB-BA), relator do Projeto de Lei 4330/2004 do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que representa um imenso ataque aos trabalhadores. A CCJ é a última Comissão a votar a proposta. Caso aprovada, vai ao Senado.

Além de não resolver nenhum dos problemas atuais dos mais de 10 milhões de trabalhadores terceirizados no Brasil, o projeto de lei traz para os demais 45 milhões de trabalhadores formais o risco iminente de se tornarem prestadores de serviços eventuais, em condições precarizadas. Isso porque o principal motivo da terceirização é a redução dos custos com pessoal. A votação já foi adiada do dia 11 de junho graças à mobilização da CUT e demais centrais sindicais. Mobilize-se. Precisamos derrotar o PL 4330, que ataca os direitos trabalhistas principalmente nos seguintes pontos:

Libera terceirização para atividade-fim. As empresas poderão contratar prestadores para toda e qualquer atividade

Hoje, apesar de não haver legislação específica, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) proíbe a terceirização das atividades principais das empresas. A proposta de PL acabará com isso, desde que a empresa contratada seja classificada como “especializada”.

Por exemplo, os bancos poderão funcionar sem qualquer bancário, com caixas e gerentes fornecidos por empresas terceirizadas como profissionais especializados nessas funções, ampliando o que já ocorre nas áreas de retaguarda, processamento de documentos e tesouraria. E, obviamente, pagando salários ínfimos, jornadas

maiores e sem os direitos da categoria bancária. O problema para os bancos é que a Justiça do Trabalho vem condenando esse procedimento como ilícito, prática de intermediação ilegal de mão-de-obra, mandando pagar as diferenças salariais. E a nova lei resolveria isso para os bancos.

A contratação de uma série de empresas prestadoras de serviços, com o enquadramento diferenciado dos trabalhadores, levará a uma maior divisão da classe e uma pulverização das entidades sindicais, enfraquecendo a representação e a luta perante os patrões, o que acarretará piores acordos coletivos.

Estabelece a responsabilidade subsidiária. A ideia é pagar menos salários, menos direitos, sem riscos ou obrigações à empresa contratante

A PL 4330 enterra definitivamente a possibilidade do estabelecimento da responsabilidade direta e solidária entre a empresa que contrata os serviços e a prestadora. Assim, caso uma

empresa terceirizada não cumpra com suas obrigações trabalhistas ou descumpra normas de saúde e segurança, a tomadora de serviços não precisará arcar de imediato com os prejuízos que o trabalhador possa vir a sofrer, como é comum, por exemplo, o não pagamento das verbas rescisórias.

O PL 4330/2004 amplia o quadro dramático da terceirização e acaba por incentivar essa forma de contratação.

Subcontratações infinitas, PJ e o fim dos concursos públicos

A proposta autoriza a terceirização infinita, ou seja, os bancos poderão terceirizar todos os seus serviços e a empresa contratada também poderá repassar a outrem, quarteirizando e assim sucessivamente. Admite a formação de empresas prestadoras de serviços sem funcionários – a PJ, que são as empresas de uma pessoa só. Estas não têm direitos trabalhistas, como férias, salários, licenças, uma vez que se trata da relação entre empresas. Essa pessoa não pode adotar nunca, por exemplo.

Fim dos concursos públicos: o PL autoriza a terceirização também na esfera pública. Portanto, ao invés de convocação por edital dos

concursos públicos, a administração direta e indireta poderá recorrer a forma de contratação de prestadores de serviços.

Legaliza os correspondentes bancários

Enquanto existem 20 mil agências bancárias no país, mais de 2 mil municípios sem qualquer agência ou Pab, já são mais de 350 mil correspondentes atuando como se fossem banco.

A PL 4330, mesmo com o conceito de atividade especializada, a pedido dos banqueiros abre a exceção para “legalizar” as controvertidas resoluções do Banco Central, que criaram a figura dos correspondentes bancários e que vem sendo contestadas no Poder Judiciário.

Discriminação, acidentes e calote

De acordo com um estudo de 2011 da CUT e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o trabalhador terceirizado sofre outros prejuízos:

- Maior rotatividade: Permanece 2,6 anos a menos no emprego do que o trabalhador contratado diretamente
- Tem uma jornada semanal superior em três horas
- Recebe na média salários 27% a menos, sem benefícios. No caso dos bancos, essa diferença chega a 75% menos em relação aos lotéricos.
- A cada 10 acidentes de trabalho fatais, oito ocorrem entre trabalhadores terceirizados. Por falta de treinamento e investimentos em qualificação, a terceirização está matando os trabalhadores.
- Em 2011, apenas na Bahia o calote nos impostos, indenizações e salários provocados por quatro empresas terceirizadas de segurança e transporte de numerário foi de R\$ 65 milhões.

PROPOSTAS DA CUT

Para que o desenvolvimento do Brasil represente também a democratização das relações de trabalho e o fim da precarização, a CUT propõe:

IGUALDADE DE DIREITOS, CONDIÇÕES DE TRABALHO E SALÁRIO

Os trabalhadores terceirizados e diretos devem ter as mesmas condições de trabalho e salário e os mesmos direitos previstos em Convenções e Acordos coletivos.

DIREITO À INFORMAÇÃO PRÉVIA

O sindicato e os trabalhadores devem ser consultados antes de possíveis terceirizações em uma empresa.

PROIBIÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO NA ATIVIDADE-FIM

Não se pode terceirizar postos de trabalho nas atividades que representam a natureza econômica das empresas (atividade-fim), evitando que existam empresas sem trabalhadores diretos.

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE AS EMPRESAS CONTRATANTE E CONTRATADA

A empresa contratante deve ser responsável por todas as obrigações trabalhistas, tanto quanto a empresa prestadora de serviços.

PENALIZAÇÃO DAS EMPRESAS INFRACTORAS

A justiça deve punir duramente as empresas que retiram direitos.